

LÉO DA SILVA ALVES

Prática de gestão e fiscalização de contratos públicos

PARTE ESPECIAL

roteiro do processo administrativo de rescisão de contrato

BRASÍLIA JURÍDICA

2005

351.712.2(81)
A474p



Alves, Léo da Silva.

Prática de gestão e fiscalização de contratos públicos / Léo da Silva

Alves. - Brasília : Brasília Jurídica, 2005.

259 p.

Conteúdo: Parte especial - Roteiro do processo administrativo de rescisão de contrato.

ISBN 85-7469-270-0

1. Contrato Público - Gestão - Fiscalização. 2. Licitação - Qualidade. 3. Objeto -Recebimento - Controle. 4. Contrato Público - Fiscal - Função. 5. Incidente Contratual - Gerenciamento. 6. Objeto - Contratação - Identificação. 6. Agente Público -Treinamento. 7. Sindicância - Processo Disciplinar - Inquérito Administrativo. 8. Contrato Público - Rescisão - Extinção. I. Título.

CDDir 341.352

351.712.2(81)
A474p



SUMÁRIO

PARTE I

17 Estudo da gestão e da fiscalização de contratos

19 COMO PREVENIR

A correta identificação do que deve ser contratado	19
A qualidade na licitação	21
Treinamento	23
O controle do recebimento do objeto	24
Qual é o perfil de quem vai receber o objeto do contrato?	26
A fiscalização da execução do contrato	27
Gestão e fiscalização	29
Desdobramento dos termos da lei	30

33 QUEM É O AGENTE FISCALIZADOR?

Férias ou impedimento do fiscal	33
As cautelas do fiscal	34

35 EXEMPLOS DE INCIDENTES

41. O QUÊ O FISCAL PODE E DEVE FAZER

Pontos vulneráveis	43
Avaliação por amostragem	43
Outras obrigações	44
Conhecimento do contrato e familiaridade com o objeto	45

47 O FISCAL E O ENCARGADO DE RECEBER O OBJETO

49 A RECUSA DO ENCARGO

Quando a recusa é possível	50
----------------------------	----

53 O GERENCIAMENTO DOS INCIDENTES CONTRATUAIS

Segurança, conservação e limpeza	53
----------------------------------	----

55 GESTÃO DE CONTRATOS

Medidas do Administrador	55
Comando da Lei de Responsabilidade Fiscal	57
Resguardo de responsabilidades	58

61 ESTUDO DA SINDICÂNCIA, COM RELAÇÃO ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS

351.712.2(81)
A474p



Sindicância, processo e inquérito	62
Processo de sindicância	64
Conclusão: a amplitude da sindicância - relação com as licitações e contratos	65

PARTE II

69 ANOTAÇÕES SOBRE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Disciplina legal	70
Praxe cartorial	70
Instabilização	71
Prorrogação do contrato	71
Interpretação do contrato	72
Os direitos do contratado	72
Obrigações do contratado	73
Pagamento	74
Extinção do contrato em razão de um ato	74
Inexecução	75

77 EXTINÇÕES ANORMAIS DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Causas de extinção por rescisão	78
Hipóteses de rescisão	78
Segunda forma de extinção anormal do contrato	80
Prescrição	81
Invalidação Impossível	81

83 ESTUDO DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

Rescisão provocada pelo contratado	83
Ação ou omissão – culpa	84

87 INEXECUÇÃO SEM CULPA

91 FATO DO PRÍNCIPE

93 CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

Responsabilidade pela inexecução	94
Responsabilidade civil	95
Multa 95	
Sanções administrativas	96

99 REVISÃO

Alteração em todas as cláusulas - impossibilidade	101
Cláusulas de serviço	101

351.712.2(81)
A474p



103 REGRAS DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL	
Limites	104

PARTE III

109 CONTRATOS ESPECIAIS E OS SEUS PONTOS VULNERÁVEIS

109 CONTRATO DE VIGILÂNCIA/SEGURANÇA	
A lição do Senhor Ferreira	111
Treinamento introdutório	112
Explicações aos funcionários	114
Ato interno	114

117 O CONTROLE DO TRANSITO DE PESSOAS PELA PORTARIA	
Horário	118
Crachá	118
Trânsito livre	118
Pacotes	119
Fora do horário	120
Demissão e admissão de funcionários	120
Trânsito de terceiros pela portaria	121
Visitantes	123

127 CAUTELAS COM O SERVIÇO TERCEIRIZADO	
Como proceder diante a irregularidades	127

129 LIVRO DE RECLAMAÇÕES

131 OS CONTRATOS NA ÁREA DA ALIMENTAÇÃO	
Modelo de qualidade da União Européia	132

133 QUALIDADE, HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTARES	
Introdução à matéria	133
Os enfoques do controle relacionados à área de alimentação	134
Autocontrole	135
Normas de qualidade	136
O heterocontrole	136
Código de boas práticas de higiene	137

351.712.2(81)
A474p



139 DO REGULAMENTO DA HIGIENE DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	
Instalações alimentares	140
143 AS INSTALAÇÕES ONDE FUNCIONAM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO - CRITÉRIOS PARA O FISCAL DO CONTRATO	
Locais permanentes de preparação e fabricação	144
147 MEIOS DE TRANSPORTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	
Requisitos genéricos	147
Transporte a granel	148
Transporte de outras substâncias	148
Temperaturas nos transportes	149
151 CONTROLE DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	
153 RESÍDUOS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
155 O CUIDADO COM AS CONDIÇÕES DE HIGIENE DO PESSOAL DE SERVIÇO	
Formação	155
Manual do manipulador	155
Higiene pessoal	156
157 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	
161 SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL	
163 MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA? SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	
PARTE IV	
167 O MÉTODO DE FISCALIZAÇÃO	
Procedimentos	167
169 OS REGISTROS DO FISCAL	
Arquivo próprio	169
O livro de registros	170

351.712.2(81)
A474p



171 MODELOS DE COMUNICAÇÕES	
Solicitação de recursos materiais	172
Solicitação de assessoria técnica	173

Recomendação de Sindicância	174
Recomendação de rescisão de contrato	175

179 MODELO DE COMUNICAÇÃO COM O PREPOSTO

181 MODELO DE COMUNICAÇÃO COM SETORES DA ADMINISTRAÇÃO

183 MODELO DE COMUNICAÇÃO COM TERCEIROS

185 LIVRO DE REGISTRO DE FISCALIZAÇÃO

187 MODELOS DE REGISTROS

Abertura do documento	188
Visita às instalações da empresa	188
Pedido de abertura dos portões	189
Serviço irregular	190
Providências da empresa	190
Solicitação de material	191
Recomendação para o recebimento	192

193 TERMO DE FECHAMENTO

195 MODELO DE INSTRUÇÃO QUE OFERECE O DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DE CONTRATOS

PARTE V

207 O PROCESSO ADMINISTRATIVO APLICADO AOS CONTRATOS PÚBLICOS

Atividade processante	208
A ordem lógica do processo	209
Como ele nasce	209
Que instaura	210
Autuação	210
Independência e imparcialidade	211

351.712.2(81)
A474p



213 ROTEIRO	
Os doze passos do processo	214
215 EXPLICAÇÕES DOS 12 PASSOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESCISÃO DE CONTRATO	
221 A LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	
A modernização do processo administrativo no Brasil	221
O Código de Portugal	223
Direitos dos administrados	223
Demais disposições	224
227 A IRRACIONALIDADE DOS PROCESSOS	
A compreensão de um processo	228
231 O PROCESSO E OS CONTRATOS	
O processo é lógica	231
Código de procedimentos	232
A eficiência	233
235 CRITÉRIOS A SEREM CONSIDERADOS EM UM PROCESSO ADMINISTRATIVO	
Os direitos dos administrados (contratados)	241
A falta de lógica	242
Direito ao respeito	243
Direito à informação	244
Publicidade	245
Assistência por advogado - importância	246
Deveres dos administrados (contratados)	247
251 OUTROS IMPORTANTES COMANDOS DA LEI	
Impedimentos e suspeição	251
Prazos intermediários	252
Lei nº 10.177/98 - Art. 33	252
Indeferimento de provas	252
Prazo mínimo de intimação sobre prova a ser produzida	253
Prazo para emitir parecer	253
Dependência do parecer - obrigação de promover responsabilidade	254
Parecer não obrigatório	254
Direito a vista	254

351.712.2(81)
A474p



Desistência

255

257 BIBLIOGRAFIA

351.712.2(81)
A474p

